

CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE DE PALMAS – TO

Nilton Marques de Oliveira¹
Pedro Ricelly Gama Oliveira²

RESUMO: Este artigo apresenta as principais características das unidades familiares beneficiadas e os fatores determinantes do Programa Bolsa Família na cidade de Palmas, Tocantins. A metodologia adotada foi a entrevista dos beneficiários por meio de aplicação de questionários nas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em duas regiões extremas e opostas da cidade. Os CRAS da 605 Norte e do Jardim Taquari, região sul da capital. Os resultados obtidos mostram mães pardas ou negras com mais filhos que a média da população, de baixa escolaridade e boa parte desempregada, o mesmo perfil para os pais. Os beneficiários cumprem as condicionalidades exigidas e usam o dinheiro para a compra de alimentos, em sua maioria, sem acesso ao crédito. São pessoas com baixa participação política e social em suas comunidades, que frequentam e não acessam a bens culturais. Estão satisfeitos em receber o benefício, desconhecem as ações complementares do Bolsa Família, consideram-se livres, felizes e acreditam em um futuro melhor.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsa Família; Palmas; Distribuição de renda.

CHARACTERIZATION OF BENEFICIARIES OF EXCHANGE PROGRAM FOR FAMILY IN THE CITY OF PALMS – TOCANTINS STATE (TO), BRAZIL

ABSTRACT: This article shows the main characteristics of benefited family units and determinants factors of exchange program for family (colled "Bolsa Família") in Palmas City, Tocantins State (TO), Brazil. The methodology included interviews with beneficiaries by questionnaires application in units of Centros de Referência de Assistência Social-CRAS (Reference Centres for Social Assistance) in two extreme and opposite regions of the referred city, and 605 North, and Jardim Taquari, south region of Palmas, the capital city of Tocantins State. Results show mulatta or black mothers with more children than the average of the general population, with low education, and most unemployed, being the same profile for fathers.

The beneficiaries fulfill the required conditions and use the money to buy mostly food, and do not have access to credit. They are people with low political and social participation in their communities and do not attend and do not have access to cultural goods. They are pleased for receiving the benefit, ignoring the additional shares of Bolsa Família, considering being free people, happy, and believing in a better future.

KEYWORDS: Bolsa Família; Palmas; Income Distribution

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi caracterizar os beneficiários do programa Bolsa Família na cidade de Palmas - TO. O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda do Governo Federal.

O Programa tem três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (MDS, 2011).

Entretanto, há várias críticas ao modelo: de que ele leva os beneficiados à comodidade e a não se desvincular do programa por meio de melhora da renda; de que não é articulado eficientemente com ações que oportunizem o ingresso no mercado de trabalho; de que o valor do benefício é gasto com bebidas e cigarros, por exemplo, em detrimento de alimentos e vestuário ou até mesmo que não contribui sensivelmente para a melhora do desempenho escolar das crianças que recebem este auxílio.

Portanto, diante dessas questões que envolvem programas assistencialistas e da falta de conhecimento sobre o beneficiário residente na cidade de Palmas – Tocantins, fez-se necessário este estudo.

A motivação desta pesquisa deve-se ao fato de que o programa Bolsa Família vem sendo objeto de estudo de diferentes áreas do conhecimento e apresentando queda na redução da pobreza extrema no Brasil.

Desta forma, este estudo se torna oportuno para conhecer a realidade de seus beneficiários e, se possível, ajudar na formulação de políticas públicas para a cidade de Palmas - TO.

Isto posto, este trabalho está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na seção 2, há uma breve revisão de estudos feitos sobre o tema, a seguir, é apresentada a metodologia utilizada. Na seção 4, são discutidos os principais resultados da pesquisa, e, por fim, apresentadas as considerações finais.

2 BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

São vários aqueles que se debruçam sobre o tema, entre eles Resende e Oliveira (2008), que analisam os impactos das transferências monetárias advindos de programas sociais de transferências de renda sobre os gastos das famílias através da aplicação específica do programa Bolsa-Escola a fim de verificar como as famílias beneficiárias alocam os recursos advindos do programa, e se há uma apropriação desproporcional dos benefícios por parte dos adultos. A metodologia utilizada é conhecida como *matching* ou pareamento, e os dados foram extraídos da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003. Os resultados estimados indicam um efeito positivo das transferências monetárias sobre o consumo das famílias pobres beneficiárias, que os recursos estão sendo gastos de forma “eficiente” e que é bastante provável que o aumento do consumo destas famílias eleve o seu nível de bem-estar, representando um “alívio” imediato sobre a pobreza.

Duarte *et al.* (2009) analisam o impacto dessa transferência sobre os gastos das famílias beneficiadas com alimentos, utilizando como método o *propensity score matching*. Os dados utilizados são provenientes de pesquisa de campo feita pela UFPE com 838 famílias de agricultores familiares, que mostrou que cerca de 90% do valor recebido pelas famílias beneficiadas pelo Bolsa Família é utilizado para consumo de alimento.

Marques *et al.* (2004) avaliaram a importância do Bolsa Família para os municípios brasileiros tanto do ponto de vista da população beneficiada como da importância dos recursos transferidos. Para tal, tomaram a situação de julho de 2004 em relação à quantidade de famílias beneficiadas e ao valor dos recursos transferidos, como a “realidade” do Bolsa Família de 2003 e a situação de julho e 2004 como espelho que poderia ter ocorrido em cada mês de 2003, com o Programa atingindo toda a população alvo do município em questão. Os autores compararam o total dos recursos transferidos com informações tais como a Receita Disponível do município, o total das transferências federais para o SUS, o total da transferência federal, Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e o total da transferência estadual a título do ICMS e chegaram à conclusão de que, de maneira geral, para as regiões, quanto menos desenvolvido for o município, maior importância relativa terá o Programa Bolsa Família.

O grande desafio da política social brasileira é, para Ramos e Mendonça (2005), “a utilização efetiva da via complementar para reduzir a pobreza, que consiste na redução da desigualdade”. Os autores destacam que os instrumentos para a implementação dessa política são vários, mas as concepções se voltam para a transferência de renda no curto prazo e para o investimento em desenvolvimento e capacitação das novas gerações.

“Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa para combate a pobreza” (SANTANA, 2007, p. 3). Eles foram desenvolvidos partindo da premissa de que o beneficiário tem a autonomia para definir como melhor utilizar o dinheiro por saber quais são suas reais necessidades e, entre elas, as mais urgentes. Nessa perspectiva, em 2004, foi criado o

Bolsa Família pela lei N° 10.836, de nove de janeiro daquele ano, para atender a duas finalidades básicas: o enfrentamento da pobreza e da exclusão social e a promoção da emancipação das famílias consideradas pobres (FIGUEIRÓ, 2010).

Marques *et al.* (2004) fundamentam a utilização de programas de transferência de renda, no caso o Bolsa Família, em Keynes, como forma de aumentar a renda da economia pelo efeito multiplicador dos gastos públicos.

No caso de transferência de renda às famílias, o impacto será tanto maior quanto também maior for a propensão marginal a consumir, isto é, quanto maior for a parcela destinada ao consumo quando a renda é aumentada em uma unidade. No caso da população-alvo do Bolsa Família, principalmente famílias deíndias como extremamente pobres, a propensão marginal a consumir é das mais elevadas, quando não “igual” a 1. Assim, o aumento da renda da população mais pobre, resultante da política pública, em parte retorna aos cofres públicos sob a forma de incremento na arrecadação de tributos (MARQUES *et al.*, 2004, p. 10)

Há que se desatacar ainda o papel das condicionalidades impostas pelo Programa para que a transferência de recursos seja efetuada às famílias: “*to receive the benefits, families must send their children to school and get their health check-ups and vaccines on time*” (SOARES, 2012, P. 9).

As condicionalidades são uma espécie de contrapartida das famílias para o poder público. Elas funcionam como um mecanismo que amplia o acesso a direitos sociais básicos para as famílias que recebem o auxílio financeiro, sendo seu objetivo garantir a permanência das crianças e adolescentes na escola e oportunizar o acesso dos grupos familiares ao sistema de saúde.

Desde sua criação, o Programa vem recebendo um volume crescente de recursos destinados à cidade de Palmas, como mostra a Tabela 1, com crescimento da ordem 62,28% no período de 2008 a 2011; para o Estado do Tocantins, esse crescimento foi de 44,3%; e para o Brasil, foi de 30%. Em 2011, a cidade de Palmas participava com 7,12 % do total do repasse para o Tocantins, que correspondia a 1% do total destinado a todas as Unidades da Federação.

Tabela 1. Repasse do programa bolsa família para Palmas, Tocantins e Brasil – 2008 a 2011.

Ano	Palmas (a)	Tocantins(b)	% (a)/(b)	Brasil (c)	% (b)/(c)
2008	6.194.829,00	97.812.145,00	6,33	10.811.168.987,00	0,90
2009	7.828.445,00	120.468.000,00	6,50	12.417.041.638,00	0,97
2010	9.470.624,00	144.052.116,00	6,57	14.359.188.030,00	1,00
2011	10.053.022,00	141.134.238,00	7,12	14.109.512.501,00	1,00

Fonte: Portal da transparência (2012), elaboração própria.

Com o slogan *País rico é um País sem miséria*, a Presidente Dilma Rousseff vem a cada ano aumentando os repasses para o Programa Bolsa Família. Como pode ser observado na Tabela 1, a proposta do Governo é reduzir a miséria do país.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Para o presente estudo, um questionário de questões fechadas foi elaborado considerando variáveis como educação, saúde, consumo, participação política e social, satisfação, bem como questões que subsidiem o traçado de um perfil do beneficiário do Bolsa Família nas regiões periféricas da capital do Tocantins. Na cidade de Palmas-TO, há cerca de 20 mil famílias cadastradas, subdivididas em 10 (dez) Centros de Referências de Assistência Social (CRAS)³, a saber: i) Santa Fé, ii) Morada do Sol I, iii) Setor Sul, iv) Taquaruçu, v) Aurenly III, vi) Aurenly IV, vii) 1.206 Sul, viii) 407 Norte, ix) 605 Norte e x) Jardim Taquari. Para esta pesquisa, foram selecionados os CRAS da 605 Norte e do Jardim Taquari.

Foram aplicados 20 questionários em cada CRAS, num total de 40 (quarenta) amostras, tendo sido observada durante a aplicação homogeneidade das respostas, conhecida como amostra homogênea. Assim, não foi necessário estender a aplicação para os demais CRAS, uma vez que, para participar do Bolsa Família, há uma entrevista antes e uma padronização na situação socioeconômica dos beneficiários.

Segundo Bruni (2007), quando a amostra do estudo for homogênea, qualquer técnica de amostragem pode ser empregada, inclusive a amostragem acidental ou por conveniência.

Os questionários foram aplicados no momento do recadastramento do Programa Bolsa Família. O CRAS da 605 Norte está localizado na região Norte da cidade, no Plano Diretor da Capital, sendo uma ocupação irregular; e o CRAS do Bairro Jardim Taquari está localizado na região Sul da Capital, um bairro carente e fora dos limites do Plano Diretor Municipal, mas que já foi atendido com infraestrutura básica pelo poder público.

A aplicação dos questionários ocorreu entre os meses de novembro de 2011 e fevereiro de 2012. O tratamento e a análise das informações deram-se por meio de Bancos de dados da pesquisa com auxílio do *software* estatístico *Gretl* para as estimações e do Excel para a confecção dos gráficos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil dos beneficiados

Uma das diretrizes do Programa é que o valor do benefício deve ser pago às mães, excetuando alguns casos específicos, portanto, todas as pessoas entrevistadas são mulheres. A maioria das entrevistadas é da cor preta ou parda, totalizando 75% da amostra.

A taxa de fecundidade, quantidade de filhos por mulher, é um dado interessante, na medida em que as beneficiárias do Programa Bolsa Família nas regiões periféricas da cidade de Palmas apresentam média acima de 3,2, superior à do Estado do Tocantins, de 2,7, e à do Brasil, de 1,86, superando em um filho a média nacional, segundo dados do IBGE (2010).

Em relação à idade, pode-se dizer que são mulheres jovens. A maioria, 47,5%, tem entre 17 e 28 anos de idade. Em se tratando de escolaridade, 20% afirmaram não saber ler nem escrever, outras 30% não concluíram sequer o ensino fundamental, porém 27,5% disseram ter completado o ensino médio. Aliado a esse baixo nível de escolaridade, há o desemprego: 60% das mulheres entrevistadas afirmaram não ter emprego formal ou não exercer nenhuma atividade remunerada, sendo que 73% não têm outra fonte de renda a não ser o benefício do Governo Federal.

Em se tratando dos pais, 55% moram junto com os filhos e podem ser considerados homens jovens, pois 55% têm entre 23 e 33 anos, e têm nível de desemprego bastante alto: 65% não têm emprego formal ou exercem alguma atividade que lhes permita auferir rendimentos.

Apenas 25,81% destes homens têm ensino médio completo, o que mostra um baixo nível de escolaridade. Este fato se torna mais preocupante quando comparado com as médias de anos de estudo entre pessoas de 25 a 29 que, no Tocantins, é de 7,8, e no Brasil, de 7,9, segundo IBGE (2010)

A situação de moradia dessas famílias é a seguinte: 62,50% têm casa própria, 17,50% moram em residências alugadas e outros 20,00% afirmaram morar em casas cedidas por familiares ou amigos. Mais de 90% das casas têm banheiro interno, apenas 2% das entrevistadas afirmaram não serem atendidas pela rede de água e o mesmo percentual não possui energia elétrica em seus domicílios. No âmbito da telefonia, todas as pessoas da amostra têm telefone celular, porém, apenas 3% delas têm linha de telefone fixo em casa, já 10% disseram ter ponto de acesso à internet em casa.

4.2 Educação

Uma das condicionalidades do Bolsa Família é a matrícula e permanência das crianças e adolescentes na escola, por esse razão, todas os filhos dos indivíduos entrevistados em idade escolar frequentam uma instituição de ensino. E 97% daqueles que responderam à pesquisa afirmaram acompanhar as atividades escolares de seus filhos, como tarefas, trabalhos, apresentações e reuniões de pais e mestres; 21% responderam que os filhos não apresentam bom rendimento escolar, o que foi entendido como reprovação de ano ou alguma espécie de dependência. Um dado positivo é que 40% das crianças e adolescentes participam de alguma atividade extraescolar, seja ela cultural, artística ou esportiva, sendo que nenhuma família disse ter algum filho em atividade remunerada.

4.3 Saúde

No quesito saúde, entre as mulheres grávidas, 17% disseram não fazer acompanhamento pré-natal. Esse dado pode ter relação com a cobertura das residências por parte dos agentes de saúde, uma vez que 39% afirmaram não receber visitas frequentes desses profissionais. Uma

outra condicionalidade do programa, a vacinação, apresenta resultados favoráveis: apenas 2,56% confessaram não estar com o cartão de vacinas de seus filhos em dia ou não saber se ele já foi completado. Outro dado referente à saúde é o fato de possuir cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que apenas 8% afirmaram não possuí-lo. Quando perguntados sobre o atendimento médico, 69% afirmaram conseguir atendimento quando procuram, porém 55% disseram não receber um atendimento que considerem bom ou de qualidade.

4.4 Consumo

Na variável consumo, foi investigado o comportamento dos beneficiários em relação ao gasto do valor do benefício e em relação ao consumo de modo geral. Em se tratando do gasto do benefício, o componente que mais recebe recurso por parte dos beneficiários é a alimentação, sendo que 78% dos entrevistados afirmaram que usam o benefício pra comprar alimentos. O segundo maior gasto encontrado foi com vestuário (28%), e ninguém afirmou que utiliza o dinheiro recebido em álcool, cigarros ou qualquer outro tipo de drogas.

Uma questão usada para tentar identificar o impacto da transferência de renda no consumo dessas famílias foi a de que se alguma vez, antes ou depois do benefício, já havia faltado alimento na casa dessas pessoas: o resultado é que em 33% dos casos, antes do benefício, sim, já havia ocorrido esse fato, porém, com o recebimento do auxílio, ele não teria sido repetido.

Já o perfil de consumo desses indivíduos foi analisado a partir de 4 características: modalidade de compra, se compra no bairro onde reside, meio de pagamento utilizado e endividamento. O percentual de 67% dos indivíduos respondeu preferir a modalidade de compra à vista, fazendo uso do crediário só quando for indispensável. Apenas 33% das pessoas afirmam comprar no comércio próximo à sua residência, muito em função da sua inexistência ou da sua precariedade, como relatado por muitas das pessoas entrevistadas. Aqueles que fazem uso de cartão de crédito para efetuar suas compras são em número muito baixo, em torno de 5%, já a quantidade daqueles que afirmaram ter alguma espécie de dívida é de 27%.

4.5 Participação política e social

Para avaliar o grau de participação na vida política do país, foram feitas perguntas simples como quais são os partidos políticos dos representantes das três esferas do poder executivo (prefeito, governador e presidente da república).

O que se pode observar é que a maioria (65%) não conhece o partido político de nenhum ou de apenas um ocupante dos cargos representativos do Poder Executivo do país, sendo que apenas 7,5% conhecem todos e sabem a qual legenda partidária pertencem. Entretanto, quando interpelados acerca da duração do mandato de um presidente da república no Brasil, 90% responderam corretamente.

Quando questionados a respeito da sensação que os políticos lhes passavam sobre representar os interesses da população de modo geral, e dos próprios entrevistados em particular, as respostas foram bastante próximas, sendo que 51% não se sentem representados pelos políticos enquanto 49% consideram que suas necessidades estão representadas pelos ocupantes de cargos eletivos.

Ainda no quesito da participação política, foi perguntado se os beneficiários do Programa participavam de algum tipo de atividade coletiva: a maioria (85%) é membro de alguma igreja, apenas 2,5% participam de alguma associação de moradores onde residem e outros 12,5% praticam alguma atividade esportiva de forma coletiva.

Já em se tratando de atividades culturais, aqui consideradas de qualquer expressão, em especial shows, teatro e cinema, 90% afirmaram não ter acesso a esses bens culturais, sendo que os 10% restantes disseram acessar essas atividades esporadicamente.

4.6 Satisfação

No que diz respeito à satisfação que os beneficiários do Programa expressam em relação ao fato de receber o benefício, 83% afirmaram estar satisfeitos, os outros 17% que estão descontentes não apontaram razões claras, discordavam do valor ou desejavam não necessitar do Programa. E 33% é o percentual de pessoas que já tiveram algum problema para receber o valor do benefício, todos por questões de cadastramento. Um dado preocupante é o referente ao conhecimento por parte dos assistidos pelo Programa das ações complementares como cursos profissionalizantes e acompanhamento de saúde, pois os dados revelam que apenas 28% sabem dessas ações, os outros 73% nunca foram informados adequadamente a respeito das ações desenvolvidas no município. Apesar disso, todos os indivíduos avaliam o atendimento nas unidades do CRAS como bom.

Aspectos mais subjetivos dos indivíduos também foram abordados pela pesquisa, como liberdade, tempo com a família, perspectiva de futuro e felicidade. Liberdade foi entendida como parte do processo de desenvolvimento, uma vez que este processo requer, segundo Sen (2000), que sejam removidas as fontes de privação de liberdade: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.” Nesse sentido, quando perguntados se consideravam que tinham liberdade para viver do modo que mais lhes convinha, 63% responderam positivamente e outros 37% que não, que algo os impedia de viver plenamente.

Em relação ao tempo que despendiam com o grupo familiar, independentemente da qualidade deste tempo, apenas 30% consideram-no suficiente, os outros 70% manifestaram o desejo de passar mais tempo com os filhos do que efetivamente passam.

Em relação ao futuro, a perspectiva de que ele seja melhor do que os dias hodiernos, os entrevistados mostraram bastante otimismo ao passo que 95% têm esperança de que o tempo vindouro será melhor que o presente. Aliado a esse elevado grau de otimismo, o nível de felicidade apontado é também de 95%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou identificar as características das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e identificar o efeito da transferência de renda sobre algumas situações da vida desses indivíduos. Observou-se que as mães dessas famílias são de maioria negra ou parda e que essas mulheres têm mais filhos do que a média das populações do próprio Estado do Tocantins e também do Brasil. As beneficiárias entrevistadas são jovens, em sua maioria, não possuem elevado grau de instrução, e o desemprego é algo bastante presente neste grupo. O perfil dos pais das crianças atendidas pela transferência de renda é bastante semelhante: jovens, baixa escolaridade e desempregados.

A moradia dessas famílias é, na maioria, própria e com acesso a serviços essenciais como água e energia elétrica. Já em se tratando de comunicação, todos possuem telefones celulares, mas o acesso à telefonia fixa e, em especial, à internet é consideravelmente baixo.

No âmbito da educação, os resultados são bastante satisfatórios. Não foi observada nenhuma criança em idade escolar fora de unidade de ensino por nenhuma razão, a maioria dos beneficiários não possui nenhuma reprovação em seus currículos e boa parte delas também participa de atividades extraescolares de caráter cultural, profissionalizante, artístico ou esportivo. Além disso, não foi observado trabalho infantil.

O acesso aos serviços de saúde, entretanto, não correspondeu ao esperado de acordo com as diretrizes do Programa. Boa parte não recebe visitas frequentes e regulares de agentes de saúde em seus domicílios e 17% das mulheres grávidas não fazem acompanhamento pré-natal, situações que podem estar relacionadas. Por outro lado, a maioria consegue atendimento médico nas unidades de saúde ainda que se queixem da qualidade do serviço, sendo a vacinação das crianças e adolescentes uma condicionalidade cumprida, de acordo com a pesquisa, e quase a totalidade da amostra tem cartão do SUS.

No que diz respeito ao comportamento de consumo dos indivíduos, observou-se que o dinheiro é gasto, majoritariamente, com alimentos, sendo que para um terço deles já havia faltado alimento antes de receber os valores. São indivíduos que compram, na maioria das vezes, à vista devido à falta de crédito no mercado, que é quase sempre concedido mediante comprovação de renda e o que também pode explicar o fato de quase a totalidade não possuir cartão de crédito, apesar disso, 27% possuem algum tipo de dívida. Apenas um terço movimentava o comércio da região onde mora, o que pode ser explicado pela ausência ou precariedade dele.

Avaliando a participação política e social dos indivíduos, pode-se chegar à conclusão de que estes possuem um baixo grau de participação na vida política do país e que não acompanham ou se interessam por esse assunto. São indivíduos que não estão engajados em nenhum tipo de movimento social, apenas participam de grupos religiosos. Culturalmente falando, não há um grande acesso a esse tipo de atividade, o que pode ser compreendido em função dos altos preços desses bens e pela distância geográfica de onde eles acontecem, pois a periferia da cidade está

longe do centro onde se concentram essas atividades.

Pode-se afirmar que os beneficiários do Programa Bolsa Família nas regiões periféricas da cidade de Palmas estão satisfeitos com o recebimento do benefício do Governo Federal. Muitos já tiveram problemas para receber o benefício por problemas cadastrais, o que é razoável dadas a baixa informatização e a morosidade do atendimento observadas nas unidades do CRAS visitadas. Ademais, foi constatada falha na divulgação das atividades complementares, em especial aquelas de qualificação profissional que se destinam à inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, pois a maioria dos entrevistados desconhecia tais ações. É provável que esse desconhecimento contribua para a avaliação do atendimento do CRAS como sendo bom.

A maioria dos indivíduos considera ter liberdade para viver suas vidas como lhes convém, entretanto, consideram insuficiente o tempo despendido com os filhos. Por fim, pode-se afirmar que os indivíduos têm uma perspectiva otimista do futuro e que se consideram felizes.

Evidentemente que esta pesquisa não esgota o assunto, portanto, sugere-se para futuros trabalhos a ampliação da amostra nos demais CRAS da cidade de Palmas - TO, bem como para outras cidades do Estado.

NOTAS

¹Universidade Federal do Tocantins. Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá – UEM. Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV e doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Endereço profissional: Rua da Faculdade, 645, Jardim Santa Maria - Toledo – PR. CEP: 85.903-000. Prédio das Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: niltonmarquesuft@gmail.com

²Universidade Federal do Tocantins. Bolsista do Programa de Educação Tutorial PET - Economia. Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: ricellygama@hotmail.com

³O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) [...] e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão territorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos (MDS, 2012).

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em 26/01/2011.

_____. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>> Acesso em 26/03/2012

_____. *Portal da Transparência*. Disponível em <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>> Acesso em 20/03/2012.

BRUNI, A. L. *Estatística aplicada à gestão empresarial*. São Paulo: Atlas, 2007

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno e SAMPAIO, Yony. *Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais*. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2009, vol.47, n.4, pp. 903-918. ISSN 0103-2003.

FIGUEIRO, Ana Lúcia. *Entre o assistencialismo e a emancipação: uma análise da relação entre estado e sociedade civil, a partir das experiências do Programa Bolsa Família no entorno do Distrito Federal*. *Soc. estado*. [online]. 2010, vol.25, n.1, pp. 145-146. ISSN 0102-6992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000100010>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010*. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. 2010, número 27.

MARQUES, R., MENDES, A.; LEITE, M. G. e HUTZ, A. *A Importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros, relatório de pesquisa*. MDS, DF, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2011*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em <<http://hdr.undp.org/en/reports/>> Acesso em 13/03/2012.

RAMOS, Lauro; MENDONÇA, Rosane. *Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil*. In: (org.) GIAMBIAGI, F. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RESENDE, Anne Caroline Costa e OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. *Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras*. *Estud. Econ.* [online]. 2008, vol.38, n.2, pp. 235-265. ISSN 0101-4161.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Bolsa família, its design, its impacts and possibilities for the future*. Working Paper, n° 89.2012. Disponível em <<http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper89.pdf>>